

MENSAGEM Nº 435

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora **REGINA CÉLIA DE OLIVEIRA BITTENCOURT**, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Benim e, cumulativamente, na República do Níger.

Os méritos da Senhora **REGINA CÉLIA DE OLIVEIRA BITTENCOURT** que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 6 de agosto de 2020.

Brasília, 15 de Julho de 2020

Senhor Presidente da República,

De acordo com os artigos 84, caput, inciso XXV, e 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **REGINA CÉLIA DE OLIVEIRA BITTENCOURT**, ministra de segunda classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixadora do Brasil na República do Benim e, cumulativamente, junto à República do Níger.

2. Encaminho, anexas, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **REGINA CÉLIA DE OLIVEIRA BITTENCOURT** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 434/2020/SG/PR/SG/PR

Brasília, 29 de julho de 2020.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora REGINA CÉLIA DE OLIVEIRA BITTENCOURT, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Benim e, cumulativamente, na República do Níger.

Atenciosamente,

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Antonio de Oliveira Francisco, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 29/07/2020, às 19:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **2029590** e o código CRC **8D9BC358** no site:

https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRA DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL REGINA CÉLIA DE OLIVEIRA BITTENCOURT

CPF.: 548.430.067-34

ID.: 8299 MRE

1955 Filha de Renato Vasconcellos Bittencourt e Josepha Celia de Oliveira Bittencourt, nasce em 28 de junho, em Alagoinhas/BA

Dados Acadêmicos:

1978 Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro
1982 CPCD - IRBr
1990 CAD - IRBr
2011 CAE - IRBr, "A transição democrática na Nicarágua: perspectivas para o relacionamento com o Brasil"

Cargos:

1983 Terceira-Secretária
1987 Segunda-Secretária
1997 Primeira-Secretária
2004 Conselheira
2013 Conselheira do Quadro Especial
2013 Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial

Funções:

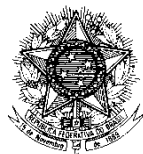
1984-1985 Divisão da África II, assistente
1985-1987 Divisão da Europa II, assistente
1987-1990 Embaixada em Copenhague, Terceira-Secretária e Segunda Secretária
1990-1993 Embaixada em La Paz, Segunda-Secretária
1993-1995 Embaixada em Budapeste, Segunda-Secretária
1995 Divisão das Nações Unidas, assistente
1995-1998 Divisão de Privilégios e Imunidades, Subchefe
1998-2001 Consulado-Geral em Miami, Cônsul-Adjunta
2001-2003 Divisão de Temas Sociais, Subchefe
2003-2005 Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais, Assessora
2005-2008 Embaixada em Manágua, Conselheira, Ministra-Conselheira, comissionada
2008-2011 Embaixada em Londres, Conselheira
2011-2014 Embaixada em Port of Spain, Conselheira, Ministra-Conselheira, comissionada
2014 Embaixada em Uagadugu, Embaixadora

Publicações:

2003 A Conquista da Cidadania, in Um Brasil com Necessidades Especiais: Projetos Inovadores, Publicação do Departamento Cultural e de Divulgação/MRE



JOÃO AUGUSTO COSTA VARGAS
Chefe da Divisão do Pessoal



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Secretaria de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África (SOMEA)
Departamento de África (DEAF)
Divisão de África I (DAF-I)

NÍGER



Maio de 2020

SUMÁRIO

SUMÁRIO	2
RELAÇÕES BILATERAIS	4
RELAÇÕES POLÍTICAS	4
Cooperação técnica.....	4
Cooperação em defesa	4
RELAÇÕES ECONÔMICAS	4
Comércio	4
POLÍTICA INTERNA	5
Período 1960-2010.....	5
Governo Mahamadou Issoufou	5
Ataques terroristas	6
Eleições de 2021	6
Instituições.....	6
ECONOMIA.....	7
Setores tradicionais.....	7
Urânio e outros minerais	7
Petróleo.....	7
Obras públicas.....	8
Programas de desenvolvimento	8
Dados macroeconômicos.....	8
Comércio	9
Zona de Livre Comércio Continental na África (ZLCCA)	9
Moeda comum “eco”	9
Perspectivas	9
POLÍTICA EXTERNA	10
França.....	10
Força-Tarefa “Takuba”	10
Estados Unidos.....	11
Entorno regional	11
G5 Sahel	11
China	12
Índia	12

Outros países	12
Clima no Sahel.....	12
PERFIS BIOGRÁFICOS	13
MAPA	14
DADOS BÁSICOS	15
INTERCÂMBIO COMERCIAL.....	15

RELAÇÕES BILATERAIS

RELAÇÕES POLÍTICAS

As relações diplomáticas entre o Brasil e o Níger foram estabelecidas em 24 de outubro de 1975. Em agosto de 2013, o Ministro dos Negócios Estrangeiros nigerino, Mohamed Bazoum, realizou visita ao Brasil. Foi assinado, na ocasião, Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas.

A visita sinalizou a intenção do Níger de diversificar suas relações e estreitar os laços com o Brasil. Em outra ocasião, o próprio Presidente do país, Issoufou Mahamadou, afirmou que o Níger poderia beneficiar-se do modelo de desenvolvimento brasileiro e expressou o desejo de adensar o relacionamento bilateral, sobretudo na área agrícola.

Desde o início de 2011, os assuntos relativos ao Níger estão a cargo da Embaixada do Brasil em Cotonou, Benim (anteriormente, a cumulatividade recaía sobre a Embaixada brasileira em Abuja, Nigéria). O Governo nigerino tem demonstrado interesse em abrir Embaixada residente em Brasília e deixa implícito que o processo seria facilitado caso o Brasil fizesse o mesmo.

Cooperação técnica. Embora não haja acordo bilateral de cooperação técnica, já existem atividades nessa área, como o diálogo que os dois países têm conduzido na área de alimentação escolar. Em 2013, o Brasil enviou a Niamei consultor para auxiliar no desenvolvimento de programas locais nesse sentido. O Governo nigerino também vê o Brasil como parceiro em potencial para seu objetivo de mecanizar a agricultura.

Cooperação em defesa. O Níger tem manifestado interesse em cooperar com o Brasil na área de defesa, especialmente no que se refere à formação de militares e a aquisições de produtos de defesa. Empresas brasileiras do setor têm realizado contatos com autoridades nigerinas, a exemplo de dois dos vizinhos do Níger: o Mali e o Burkina Faso, que enfrentam desafios de segurança semelhantes aos que hoje preocupam Niamei.

RELAÇÕES ECONÔMICAS

Comércio. O comércio bilateral cresceu significativamente em 2018, devido a dois fatores. Por um lado, o Brasil passou a importar urânio do Níger. Por outro, verificou-se avanço das exportações brasileiras do agronegócio, especialmente de carnes e açúcar. O novo patamar de intercâmbio confirmou-se em 2019, quando o fluxo comercial total foi de USD 27 milhões, sendo mais de USD 24 milhões correspondentes às vendas brasileiras para o Níger.

Como a maior parte das importações do Níger é de alimentos – e levando em conta, também, o alto crescimento demográfico previsto para os próximos anos – o país pode se tornar um mercado importante para produtos brasileiros.

POLÍTICA INTERNA

O Níger é um país da África Ocidental sem saída para o mar, com território de mais de 1,2 milhão de quilômetros quadrados, e população de aproximadamente 23 milhões. Faz fronteira com Líbia e Argélia ao norte, Mali e Burkina Faso a oeste, Benim e Nigéria ao sul, e Chade a leste. Ex-colônia da França, é marcado por grande diversidade étnica e religiosa. Geograficamente, divide-se entre o norte e o centro, ocupados pelo deserto do Saara, e o sul dominado pelo Sahel, com duas áreas um pouco menos secas, uma no extremo oeste, nas imediações do rio Níger, e outra, no extremo leste, na área do lago Chade. Etnicamente, mais da metade da população é hauçá (53%, concentrados no centro-sul e também presentes na Nigéria), mas há contingentes populacionais significativos de songais e zarmas (20%, concentrados nas imediações do rio Níger e também presentes no Mali), tuaregues (10%, correspondentes a populações seminômades que circulam também no Mali e no sul da Argélia), fulas ou fulanis (7%, pastores nômades dispersos pelo país) e os canúris (aproximadamente 10%, concentrados no leste do Sahel nigerino e também presentes no Chade, na Nigéria e no Cameroun). A maioria da população é muçumana sunita (90%), mas há também muçulmanos xiitas, adeptos de cultos animistas e católicos. A população é majoritariamente jovem e deve triplicar em 30 anos. Apenas 15% do nigerinos vivem em zonas urbanas e a única cidade com mais de 500 mil habitantes é a capital, Niamei. O Níger tornou-se independente em 1960.

Período 1960-2010. Entre 1960 e 1993, três presidentes da etnia zarma sucederam-se em governos de partido único.

A década de 1990 foi marcada pelas primeiras eleições multipartidárias, em 1993, nas quais Mahamane Ousmane, da maioria hauçá, elegeu-se Presidente; e pelos conflitos com os tuaregues, que buscavam a independência.

Após uma série de conflitos, os militares tomaram o poder, em 1996, sob a liderança do Coronel Ibrahim Baré Maïnassara. Com o assassinato de Maïnassara, em 1999, o Major Daouda Malam Wanké assumiu o governo e conduziu processo que levou à realização de eleições no mesmo ano.

Mamadou Tandja, do Movimento Nacional pela Sociedade do Desenvolvimento (MNSD), foi eleito no pleito de 1999 para mandato de cinco anos. Em 2004, obteve a reeleição. Tandja foi o primeiro Presidente de origem fula e canúri. Em 2009, o Presidente Tandja decidiu realizar referendo constitucional que lhe permitisse concorrer a um terceiro mandato. A Corte Constitucional declarou o referendo ilegal e acabou dissolvida. Seguiu-se período de instabilidade, com Tandja à frente de um governo interino, que acabou interrompido por militares liderados pelo Coronel Salou Djibo.

Governo Mahamadou Issoufou. Depois da adoção, em 2010, de uma nova Constituição, as eleições presidenciais foram marcadas para 2011. Ex-Primeiro-Ministro do governo Ousmane, Mahamadou Issoufou, do Partido Nigerino para o Socialismo e a Democracia (PNSD), disputou o segundo turno com o ex-Primeiro-Ministro de Tandja, Seine Oumarou, do MNSD. Issoufou venceu o pleito com aproximadamente 58% dos votos. Somando os parlamentares eleitos pelos partidos aliados, a coalizão de apoio ao governo conseguiu 78 das 113 cadeiras da Assembleia Nacional, uma maioria de quase 70%. Em julho de 2011, militares, supostamente partidários do

ex-presidente Tandja, tentaram tomar o poder, em iniciativa fracassada, que resultou na prisão de dez conspiradores.

O governo Issoufou apresentou seu “Plano de Desenvolvimento Econômico e Social” (PDES), focados no enfrentamento dos desafios da extrema pobreza e das mudanças climáticas, sobretudo por meio de iniciativas inspiradas em programas brasileiros.

Ataques terroristas. No último ano, foram registrados pelo menos seis ataques terroristas de grande repercussão no Níger. O mais letal deles foi o mais recente, em 9 de janeiro de 2020, cujo objetivo foi a base militar de Chingodrar, na fronteira com o Mali. A ação terrorista deixou 89 soldados nigerinos mortos (na mesma região foram realizados outros dois ataques, com mais 46 mortos). Em 10 de dezembro, investida contra a base de Inates, também próxima à fronteira com o Mali, deixou 71 soldados mortos (na capital houve, ainda, ataque que matou duas pessoas). Finalmente, houve ataque na região de Diffa, na região dos lagos, com 12 mortos.

A derrubada do governo Muammar Gaddafi na Líbia, em 2011, abriu nova frente para a disseminação do radicalismo islâmico armado transnacional. A situação tornou-se ainda mais complexa depois do início da guerra civil no Mali, em 2012, visto que diferentes grupos terroristas se concentraram no território daquele país para, de lá, disseminar-se pela região. A partir de 2013, os ataques no Níger se tornaram frequentes, com a consolidação de alguns grupos em certas áreas, além da mobilização de rivalidades étnicas.

No oeste, na região de fronteira com Burkina Faso e Mali, atuam a Al-Qaeda do Magrebe Islâmico (AQMI), o Movimento pela Unidade e Jihad na África Ocidental (MUJAO), o Grupo de Apoio ao Islã e Muçulmanos (GSIM), o Ansar Dine e o Katiba Macina. O grupo Estado Islâmico do Grande Saara (EIGA), associado ao Estado Islâmico do Iraque e do Levante, também atua nessa região. A maioria desses grupos deriva seus recursos da prática de sequestros, tráfico de drogas e de armas, além dos tributos cobrados às populações das comunidades por eles ocupadas. Há, ainda, apoio financeiro internacional de indivíduos e entidades extremistas do Oriente Médio.

O Boko Haram, por sua vez, foi criado em 2002 no norte da Nigéria. O grupo se notabilizou pelo sequestro de quase 300 meninas em 2014 e por ataques violentos à população civil e desarmada. No oeste do Níger, os ataques do Boko Haram começaram em 2015.

Eleições de 2021. O governo Issoufou propiciou ao país crescimento médio de mais de 5% ao ano, a despeito da queda dos preços internacionais do urânio a partir de 2012. No campo político, não apenas anunciou que deixaria a Presidência no prazo constitucional, como também indicou, com dois anos de antecedência, seu candidato às eleições de 2021: seu Ministro do Interior e ex-Ministro de Relações Exteriores, Mohamed Bazoum.

Instituições. O Níger é uma república semipresidencialista. O estado é unitário e dividido em oito regiões. A chefia do estado cabe ao Presidente, eleito por voto popular para mandato de cinco anos, com direito à reeleição. A chefia do governo corresponde ao Primeiro-Ministro, indicado pelo Presidente. O legislativo é unicameral, composto por 113 membros, eleitos por voto popular para mandato de cinco anos. O judiciário conta com Corte Constitucional (sete juízes indicados pelo Presidente para mandato de seis anos), Corte de Cassação (instância superior para assuntos judiciais), Conselho de Estado (instância superior para assuntos administrativos) e Corte de Finanças (instância superior para contas públicas).

ECONOMIA

A economia do Níger é dominada pela agropecuária tradicional, pelo comércio informal e por atividades extrativistas. O governo depende de ajuda internacional, não apenas financeiramente, mas também para quadros técnicos. Urânio, petróleo e ouro são os principais produtos de exportação. O país tem o mais baixo Índice de Desenvolvimento Humano (189º) do mundo. A expectativa de vida ao nascer é de 62 anos e o PIB per capita, de USD 400.

Setores tradicionais. Mesmo sendo responsável por mais de 15% das exportações e de 40% do PIB, a atividade agropecuária, em decorrência da baixa capitalização do campo e das condições naturais adversas, não produz o suficiente para a população local. Grande parte das plantações agrícolas concentram-se no sul do país, próximas ao rio Níger. Nas áreas menos secas do Sahel, algumas culturas dividem o espaço com o pastoreio de animais, principalmente de ovelhas e camelos. O centro e o norte do país, por sua vez, caracterizam-se por clima seco e solos pobres.

Em decorrência da relevância desses setores, o reflexo do clima no bem estar socioeconômico do país é direto e imediato. Anos de sacas maiores do que as normais causam impacto no PIB.

Urânio e outros minerais. A extração de urânio no norte do país é realizada por empresas multinacionais, principalmente francesas (AREVA), e o mineral corresponde a aproximadamente 55% das exportações nigerinas. O país é o quarto maior produtor mundial. Embora importante para as receitas fiscais e para a geração de divisas, o setor gera número relativamente reduzido de empregos.

Desde 2012, o preço do urânio vem apresentando tendência geral de queda. Tendo em vista a concentração da pauta exportadora nesse produto, a baixa nos preços repercutiu negativamente na balança comercial nigerina, já normalmente deficitária.

Outro item importante da pauta de exportação do Níger é o ouro, responsável por aproximadamente 5% das exportações. Boa parte da produção é realizada de maneira artesanal. Há, ainda, reservas pouco exploradas de cobre, minério de ferro, zinco, fosfato e titânio.

Petróleo. O Níger produz petróleo desde a década de 1970. Com descobertas de novas reservas no país, os hidrocarbonetos se tornaram o segundo item de exportação e há a expectativa de que a produção cresça o suficiente nos próximos anos para reduzir o déficit comercial. O grande gargalo da produção nigerina era a falta de infraestrutura de escoamento da produção. Com acordo entre Benim e Níger assinado em 2018, iniciou-se a construção de oleoduto que levará a produção de petróleo até o golfo da Guiné. A obra, orçada em aproximadamente USD 4,5 bilhões, será realizada pela “West African Oil Pipeline Company Niger” e pela “West African Oil Pipeline Benin”, filiais nos dois países da “China National Oil and Gas Exploration and Development Company”, tendo sua conclusão prevista para novembro de 2021 e entrada em operação em janeiro de 2022.

De 2011 a 2018, o setor petrolífero respondeu, em média, por 4% do PIB do Níger, 19% das receitas fiscais e 16% das exportações. Com a expansão da produção dos atuais 20 mil barris diários para 110 mil e o início da utilização do oleoduto, estima-se que em 2022 o setor gerará

24% do PIB, 45% das receitas fiscais, 68% das exportações e de 8 a 12% dos empregos formais. O projeto deverá também produzir impacto econômico significativo no Benim, tendo o ministro beninês da Água e das Minas, Samou Séidou Adambi, declarado que o país deverá arrecadar mais de 300 bilhões de francos CFA (cerca de USD 500 milhões) de direitos de trânsito durante os primeiros 20 anos de operação do oleoduto.

Obras públicas. Como o setor empresarial nacional mobiliza poucos recursos, o estado acaba sendo um dos principais atores econômicos do país. Obras de infraestrutura relacionadas à Cúpula da União Africana em 2019 tiveram impacto positivo no PIB naquele ano. Há, ainda, projetos de infraestrutura significativos previstos para os próximos dois anos, como a construção de uma represa e o oleoduto Níger-Benim. Cabe notar que aproximadamente 40% do orçamento estatal do Níger são cobertos por recursos de ajuda oficial ao desenvolvimento oferecidos por agências de apoio estrangeiras. O governo local também recebe apoio de técnicos internacionais, ligados ao FMI ou a agências da ONU, na gestão pública.

Programas de desenvolvimento. Desde sua eleição, o Presidente Issoufou procura reformar a estrutura econômica do país. O Programa de Desenvolvimento Econômico e Social 2017-20 prevê numerosos projetos de infraestrutura, notadamente o anel ferroviário Cotonou-Niamei-Uagadugu-Abidjã (que envolve negociação com Benim, Burkina Faso e Côte d'Ivoire), o oleoduto Níger-Benim e a represa de Kandadji, com a dupla finalidade de produzir energia e fornecer água para irrigação.

A agricultura recebe grande atenção na estratégia nacional para fortalecer a economia. O plano de ação quinquenal da iniciativa 3N (*“les Nigériens Nourrissent les Nigériens”*, nigerinos alimentam nigerinos) tem apresentado resultados na gestão de recursos hídricos e no aumento da produtividade e do valor agregado da agricultura, silvicultura, pecuária e pesca. O Níger também efetuou consideráveis reformas almejando a melhora do ambiente de negócios e galgou 44 posições em sete anos na classificação de países no relatório “Doing Business” do Banco Mundial (encontra-se na 132ª posição no relatório de 2019). Apesar dos avanços da economia, o índice de pobreza permanece elevado (por volta de 40% da população) e o acesso a serviços básicos, como educação e saúde, continua sendo um grande desafio.

Dados macroeconômicos. As contas externas do Níger refletem a estrutura produtiva deficiente do país, com exportações pouco diversificadas e vulneráveis a variações de preço internacional. O Níger, ademais, tem de importar, em quantidades consideráveis, bens de capital, combustíveis e alimentos – praticamente tudo de que necessita. Os déficits comerciais são estruturais. Por sua vez, as transações correntes são impactadas também pela transferência de lucros das empresas multinacionais e pelo pagamento dos serviços da dívida, que, nos últimos anos, têm sido apenas parcialmente compensados pelas remessas enviadas por nigerinos que vivem no exterior e pelas doações de outros países.

A política monetária nigerina, por sua vez, é determinada pelo banco central regional (Banco Central dos Estados da África Ocidental – BCEAO), o qual prioriza a manutenção da paridade fixa da moeda regional (o franco CFA da África Ocidental, também utilizado pelos outros sete países do bloco) com o euro e o combate à inflação. O Níger tem apresentado baixo índice de inflação.

Comércio. Os principais itens de exportação do Níger são: urânio (55%); petróleo (16%); sementes e oleaginosas (15%); e ouro (5%). A pauta de importação, por sua vez, é diversificada, com destaque para alimentos, medicamentos, petróleo, cimento e eletroeletrônicos. Os principais destinos das exportações do Níger são França, China, Coreia do Sul e Mali. As importações nigerinas são, na maioria, provenientes da França, Índia, China, Gana, Bélgica, Nigéria e Togo.

Zona de Livre Comércio Continental na África (ZLCCA). O acordo que cria a Zona de Livre Comércio Continental na África (ZLCCA) foi lançado na Cúpula da União Africana realizada em Niamei, o que sinaliza a importância que o Níger atribui à iniciativa como forma de melhorar seu desempenho econômico. Até o momento, 54 membros da União Africana assinaram o instrumento (a única exceção é a Eritreia) e 28 deles o ratificaram. Caso implementada de maneira exitosa, a ZLCCA poderá criar um mercado único com cerca de 1,2 bilhão de consumidores e PIB total estimado em mais de USD 3 trilhões. Contudo, ainda não foram decididas as modalidades para a liberalização do comércio na ZLCCA.

Moeda comum “eco”. Durante a 55ª Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade Econômica da África Ocidental (CEDEAO), realizada em 29 de junho de 2019 em Abuja, Nigéria, os líderes dos 15 países que integram a organização, incluindo o Níger, reafirmaram o objetivo de lançar uma moeda única em 2020. Caso seja de fato implementado, o eco poderá substituir o franco CFA ocidental (utilizado pelos oito países que integram a União Econômica e Monetária do Oeste Africano, UEMOA) e outras sete moedas nacionais. Há posições distintas sobre como avançar. Alguns países defendem a adoção de regime cambial fixo, enquanto outros defendem o câmbio variável. Há a hipótese de início do projeto por meio da UEMOA e, apenas em um segundo momento, incluir os demais países.

Consequências da emergência sanitária da COVID-19. Apesar das dificuldades que enfrenta, o país vinha apresentando um desempenho econômico positivo nos últimos anos. Em 2018, o bom desempenho da agricultura e da construção civil deram mais dinamismo ao crescimento do PIB. O Banco Africano de Desenvolvimento estimava crescimento do PIB em 2020 na ordem de 6%, mas as perspectivas favoráveis deram lugar à preocupação causada pela desaceleração global causada pela COVID-19.

Medidas oficiais de isolamento social foram adotadas pelo governo nigerino para conter a pandemia no país. No início de maio, contudo, registraram-se protestos de rua contrários às restrições de movimento. Embora a demanda pelo urânio e pelo ouro não devam ser afetadas pela crise da COVID-19, os altos investimentos no setor de infraestrutura e de petróleo deverão sofrer impactos negativos. As projeções apontam para queda no crescimento do PIB, dependendo da escala da recessão global e do impacto da doença na população local. Nesse contexto de incerteza, o FMI concedeu, no dia 14 de abril de 2020, empréstimo de USD 115 milhões. A França vem defendendo que haja moratória das dívidas de países da África Subsaariana.

POLÍTICA EXTERNA

O Níger pauta sua política externa pela busca do desenvolvimento econômico e pela concertação com os estados vizinhos. O país tem adotado postura moderada no cenário internacional, evitando conflitos com seu entorno e com as grandes potências. Tendo em conta a disseminação de grupos islâmicos radicais armados no Sahel nos últimos anos, as questões de segurança também têm pautado o relacionamento do Níger com os vizinhos, a França e os Estados Unidos, entre outros países.

França. Desde a independência, em 1960, o relacionamento privilegiado com a França tem sido o eixo central da inserção nigerina. A França é o maior destino das exportações do Níger e o maior provedor das importações. Um terço do urânio utilizado pelo país europeu para abastecer suas usinas nucleares é de origem nigerina. Ademais, a França abriga as reservas nacionais do país, uma vez que o Banco Central do franco CFA, moeda regional adotada pelo Níger, deposita grande parte de suas reservas no Banco Central francês, como contrapartida à garantia de convertibilidade da moeda para o euro, dada pela França.

A presença militar francesa na região também tem sido notável. Em 2014, a França lançou a Operação Barkhane, em substituição à operação Serval (iniciada em 2013), com o objetivo de combater o terrorismo na região do Sahel (Mauritânia, Mali, Burkina Faso, Níger e Chade). O quartel-general da operação fica em Jamena, Chade, mas também há base francesa em Niamei e militares desdobrados em outras áreas do Níger. Em vista do aumento dos ataques entre 2019 e 2020, o efetivo foi reforçado uma segunda vez em menos de um ano, alcançando a cifra de 5 mil integrantes. Cabe notar que a base de francesa em Madama, na fronteira com a Líbia, foi desmobilizada em meados de 2019.

O Presidente Emmanuel Macron realizou visita de algumas horas ao Níger, em 22 de dezembro de 2019, no regresso de viagem à Côte d'Ivoire. O chefe de estado francês, na companhia de Mahamadou Issoufou, participou de homenagem aos 71 militares mortos no ataque terrorista à base militar de Inates, seguida de reunião entre os dois mandatários.

Em 13 de janeiro de 2020, o Presidente Macron recebeu os chefes de estado dos países do G5 Sahel (Mauritânia, Mali, Burkina Faso, Níger e Chade) na cidade Pau, nos Pireneus franceses. Na Cúpula de Pau, os presidentes africanos reiteraram o interesse em contar com o apoio francês no combate ao terrorismo no Sahel. Os participantes acordaram nova iniciativa política e militar para a região, denominada “Coalizão Sahel”. A coalizão tem como objetivo intensificar o combate ao terrorismo a partir de perspectiva que não se limite à esfera militar. A iniciativa tem quatro eixos: luta contra o terrorismo (por meio de tropas de combate); fortalecimento dos recursos militares dos países da região; controle territorial e oferta de serviços públicos nas regiões conflagradas; e assistência ao desenvolvimento.

Força-Tarefa “Takuba”. No contexto da Coalizão Sahel, a França coordenou reunião de Ministros de Defesa dos países do G5 Sahel e com países europeus que apoiam a iniciativa. O encontro virtual foi realizado em 27 de março. Participaram as chefias dos ministérios da defesa de Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Estônia, França, Mali, Níger, Noruega, Países Baixos, Portugal, República Tcheca, Reino Unido e Suécia. Na reunião, mencionou-se a nova força militar a ser empregada na região, a Força-Tarefa Takuba, anunciada em fins de 2019 como

iniciativa de diferentes países europeus. Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Estônia, França, Países Baixos, Portugal e Suécia já se comprometeram a enviar soldados, mas ainda não está claro qual será o efetivo total da força-tarefa. A expectativa é de chegada das tropas ainda em 2020. Em 2021, a força estaria em plena capacidade de operar.

Estados Unidos. Os Estados Unidos são um dos maiores provedores de ajuda externa ao Níger, destinada, segundo o Departamento de Estado dos EUA, a “reforçar a segurança alimentar, desenvolver recursos para a manutenção da paz e a luta contra o terrorismo, apoiar a reforma do setor de segurança, apoiar empreendimentos produtivos agrícolas, promover a democracia e a boa governança, apoiar a reforma penitenciária e da justiça criminal e fortalecer a formação e o treinamento na área de segurança”. Foi anunciado em 2018, no âmbito da “Millenium Challenge Corporation”, iniciativa de ajuda externa norte-americana, um programa de USD 437 milhões para o Níger, a serem investidos em diferentes áreas. O Níger também participa da “Security Governance Initiative”, parceria dos Estados Unidos com seis países africanos na área de segurança, e tem acesso a recursos do “Counterterrorism Partnerships Fund”, de apoio e assistência a forças de segurança no combate ao terrorismo e em atividades de resposta a crises.

Desde 2018 o Departamento de Defesa norte-americano vem indicando a intenção de reduzir sua presença militar na África e, em particular, no Sahel, o que representa preocupação para o governo do Níger, diante de seus esforços para combater o terrorismo.

Entorno regional. O Níger cultiva boas relações com os países vizinhos. A Nigéria, em especial, além de ser um dos principais parceiros comerciais, exerce grande influência sobre a economia informal nigerina. A atuação em organismos regionais é vista pelas autoridades nigerinas como forma de contribuir para a superação de entraves ao crescimento e aumentar a visibilidade do país. Além de integrar a União Africana, o Níger é membro da Comunidade dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e da União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA), que reúne os países cuja moeda é o franco CFA da África Ocidental.

Em junho de 2019, o Níger foi eleito para a Presidência Pro Tempore da CEDEAO. Em abril de 2020, coordenou a realização de cúpula da CEDEAO para discutir ações conjuntas de reação à crise da COVID-19. A realização bem sucedida da Cúpula Extraordinária da União Africana, em Niamei, em julho de 2019, também contribuiu para o prestígio regional do Níger e do Presidente Issoufou. O evento gerou grande expectativa, com obras de infraestrutura e forte esquema de segurança. O sucesso logístico ecoou os êxitos políticos da reunião, que envolveram o lançamento oficial da Zona de Livre Comércio do Continente Africano (ZLCCA) e outras decisões importantes (criação da Agência de Cooperação Africana, aprovação do orçamento de 2020 e novas contribuições do Fundo pela Paz da União Africana).

G5 Sahel. Criada em 2014, a iniciativa G5 Sahel reúne Mauritânia, Mali, Burkina Faso, Níger e Chade. Com sede na capital da Mauritânia, surgiu com o propósito de coordenar esforços militares de contenção do terrorismo na região, além de promover o desenvolvimento. Em 2017, estabeleceu-se a Força Conjunta G5 Sahel, com 5 mil efetivos e sete batalhões (dois de Mali e dois do Níger, além de um batalhão de cada um dos demais). O G5 Sahel recebeu contribuições financeiras e logísticas de União Europeia, Estados Unidos, China e Rússia.

Diante da deterioração da situação na área de segurança na fronteira entre Mali, Burkina Faso e Níger, realizou-se Cúpula Extraordinária do G5 Sahel em setembro de 2019, na qual os líderes do grupo lançaram apelo a parceiros internacionais para apoiar financeiramente os

esforços regionais de reação contra o terrorismo. Posteriormente, no âmbito da CEDEAO, alguns países costeiros, como Senegal e Côte d'Ivoire, manifestaram preocupação com a possibilidade de transbordamento da crise para a costa ocidental africana, sugerindo soluções que incluíssem todos os países da região. Em fevereiro de 2020, a União Africana anunciou que planeja enviar missão militar com três mil soldados às áreas conflagradas do Sahel a fim de reagir aos avanços terroristas na região.

China. Em 2019, a China foi o segundo principal país de origem das importações do Níger. Encontra-se também entre os principais destinos das exportações nigerinas. Ademais, está se transformando em alternativa às opções europeias, norte-americana e árabes para a ajuda ao desenvolvimento. Nos últimos anos, a China tem acumulado importante carteira de investimentos no Níger, incluindo projetos nas áreas de petróleo e gás (entre os quais encontra-se a construção de oleoduto ligando o Níger ao Benim), urânio e infraestrutura.

O Presidente Issoufou visitou a China algumas vezes. A primeira visita realizou-se em 2012, no contexto do encontro do Foro de Cooperação África-China. O mandatário nigerino Participou do mesmo encontro em 2018, além de ter realizado visita de estado em maio de 2019.

Índia. O ministro dos Negócios Estrangeiros da Índia, Subrahmaniyam Jaishankar Hamad, realizou visita ao Níger em 20 e 21 de janeiro de 2020, tendo sido recebido pelo Presidente Mahamadou Issoufou e pelo Primeiro-Ministro Brigi Rafini. O ponto central da visita foi a inauguração em Niamei do Centro Internacional de Conferências Mahatma Gandhi, para até 2.500 visitantes, construído pela Índia ao custo de aproximadamente USD 50 milhões. Foram celebrados dois acordos: um, instituindo comissão mista bilateral, e outro, estabelecendo mecanismo de cooperação entre as duas chancelarias. O Ministro dos Negócios Estrangeiros nigerino também destacou o intuito de reforçar a concertação com a Índia quanto aos temas no âmbito do Conselho de Segurança das Nações Unidas, do qual o Níger participa na qualidade de membro não-permanente no biênio 2020-2021.

Outros países. Realizou-se, em outubro de 2019, em Sochi, a I Cúpula Rússia-África. O Níger percebe a Rússia como eventual parceiro em questões de segurança e defesa, embora o país não seja parceiro comercial ou de investimentos relevante. Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Qatar observam com atenção os desdobramentos dos conflitos no Níger.

Clima no Sahel. Realizou-se em Niamei, em 25 de fevereiro último, a Primeira Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comissão do Clima para a Região do Sahel, sob a presidência do chefe de estado nigerino. Participaram os presidentes do Burkina Faso, do Chade, da Guiné e da República do Congo. Participaram, ainda, o Vice-Presidente do Sudão, o Primeiro-Ministro do Mali e o Ministro da Transição Ecológica e Solidária da França. Adotou-se Plano de Investimentos do Clima para a Região do Sahel (PIC-RS), no período 2019-2030, com custo global estimado em USD 392 bilhões, e o Programa Regional Prioritário, voltado a promover investimentos em projetos ambientais, no período 2020-2025 e orçado em USD 1,32 bilhão.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Presidente Mahamadou Issoufou



Nascido em 1º de janeiro de 1952 na cidade de Dandadji, Mahamadou Issoufou é graduado em Matemática pela Universidade de Niamei (1975) e tem mestrado em Matemática e Aplicações Fundamentais pela Universidade de Montpellier, na França (1976). Possui também diploma de Estudos Avançados em Probabilidade e Estatística pela Universidade de Paris VI Jussieu (1977) e um Diploma de Engenheiro Civil em Minas pela École Nationale Supérieure des Mines de Saint-Étienne (1979).

De 1980 a 1992, atuou no setor de mineração, trabalhando para a Société des Mines de l'Aïr (SOMAÏR). Criou em dezembro de 1990, junto a vários de seus ex-companheiros de movimento estudantil, o Partido do Níger para a Democracia e o Socialismo (PNDS), que dirigiu até março de 2011. Foi eleito deputado nacional em 1993, 1995, 1999, 2004 e 2011. Concorreu, sem êxito, nas primeiras eleições multipartidárias do Níger, em 1993. Foi Primeiro-Ministro no governo Mahamane Ousmane. Presidiu a Assembleia Nacional de 18 de fevereiro de 1995 a 27 de janeiro de 1996. Disputou novas eleições presidenciais em 1996, 1999 e 2004. Elegeu-se Presidente em 2011, com quase 58% dos votos. Foi reeleito em 2016.

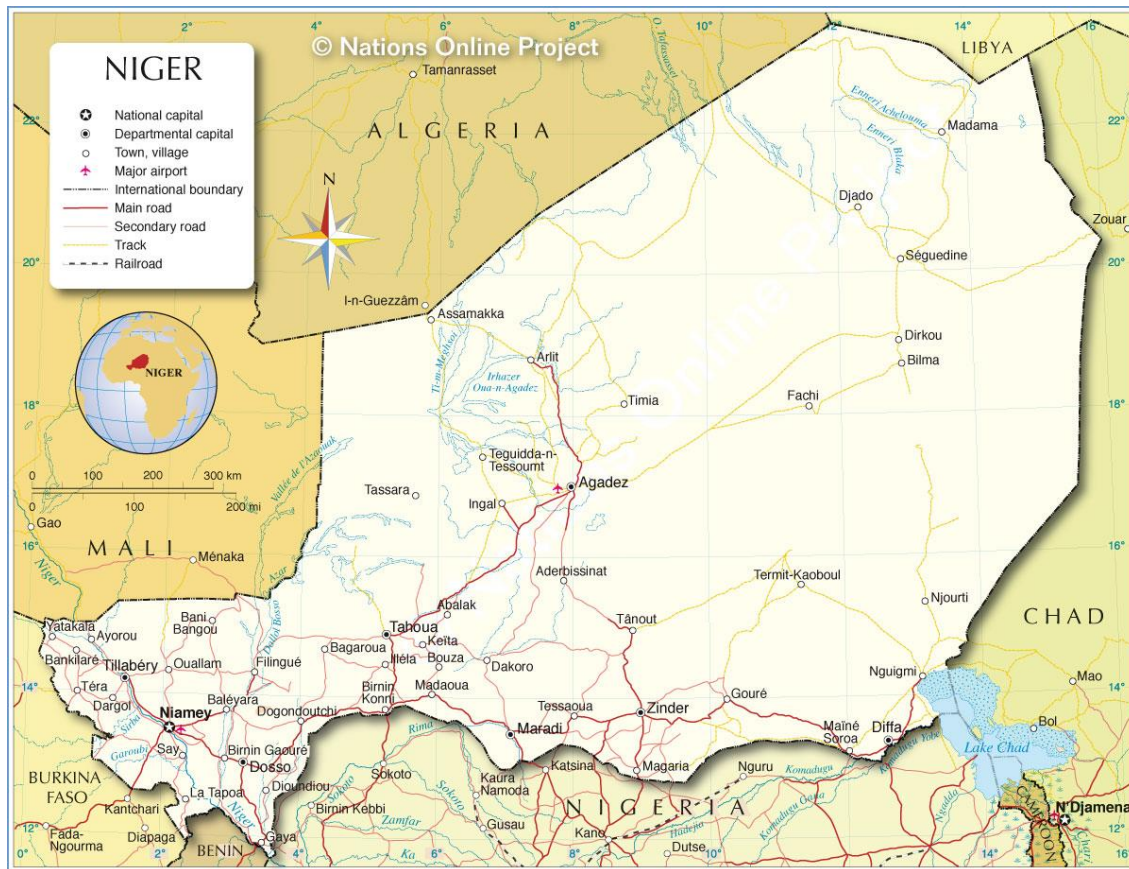
Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação, Integração Africana e dos Nigerinos no Exterior, Kalla Ankourao



Nascido em 1946 (74 anos), em Dakoro, Kalla Ankourao é engenheiro de obras públicas e ex-chefe do grupo parlamentar do PNDS. Desde abril de 2018, ocupa o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação, Integração Africana e dos Nigerinos no Exterior.

Nos anos 1980, Ankourao trabalhou no Ministério de Obras Públicas e Planeamento Urbano como Diretor de Planeamento Urbano. Foi eleito para a Assembleia Nacional em 1993. Em 1995, foi nomeado Ministro da Saúde Pública no governo Mahamane Ousmane. Em 2004, foi eleito deputado novamente e se tornou presidente do Grupo Parlamentar do PNDS. Com a vitória de Mahamadou Issoufou nas eleições presidenciais de 2011, foi nomeado Ministro de Equipamento em abril de 2011, deixando o cargo em abril de 2012. Foi eleito novamente deputados em fevereiro de 2016. Na metade do segundo mandato de Issoufou, foi chamado para chefiar a pasta dos Negócios Estrangeiros, Cooperação, Integração Africana e dos Nigerinos no Exterior.

MAPA



DADOS BÁSICOS	
Nome oficial:	República do Níger
Gentílico:	Nigerino
Capital:	Niamei
Área:	1,27 milhão de km²
População (FMI, 2019):	23,311 milhões de habitantes
Língua oficial:	Francês
Principais religiões:	Islamismo (95%); crenças tradicionais (3%); Cristianismo (1%); outras (1%)
Sistema de Governo:	República semipresidencialista
Poder Legislativo:	Unicameral (Assembleia Nacional, com 113 membros)
Chefe de Estado:	Presidente Mahamadou Issoufou
Chefe de Governo:	Primeiro-Ministro Brigi Rafini
Ministro dos Negócios Estrangeiros:	Kalla Ankourao
PIB (FMI, est. 2019):	USD 9,44 bilhões
PIB PPC (FMI, est. 2019):	USD 25,78 bilhões
PIB <i>per capita</i> (FMI, est. 2019):	USD 405,09
PIB PPC <i>per capita</i> (FMI, est. 2019):	USD 1,1 mil
Variação do PIB (FMI):	1% (est. 2020); 5,4% (est. 2019); 5,3% (2018); 5,2% (2017); 5% (2016); 4% (2015); 7,5% (2014)
IDH (PNUD, 2019):	0,377 (189º)
IHDI (PNUD, 2019):	0.272
Expectativa de vida (PNUD, 2019):	62 anos
Índice de Alfabetização (PNUD, 2019):	30,6%
Índice de desemprego (PNUD, 2019):	0,3%
Unidade Monetária:	Franco CFA da África Ocidental (XOF)
Embaixador do Níger:	Não há embaixador designado
Embaixador em Cotonou (cumulativo com Niamei):	Luís Ivaldo Villafañe Gomes Santos

INTERCÂMBIO COMERCIAL								
(US\$ mil, FOB) – Fonte: MDIC/SECEX								
Brasil – Níger	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020 (jan – abr)
Intercâmbio	1.435	1.148	848	523	816	30.107	27.166	452
Exportações	1.288	1.038	754	485	784	27.641	24.576	446
Importações	147	110	94	38	32	2.466	2.590	6
Saldo	1.141	928	660	447	752	25.176	21.986	440



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Secretaria de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África (SOMEA)
Departamento de África (DEAF)
Divisão de África I (DAF-I)

BENIM



Maio de 2020

SUMÁRIO

SUMÁRIO	2
RELAÇÕES BILATERAIS	4
RELAÇÕES POLÍTICAS	4
Laços históricos	4
Cooperação técnica.....	4
Defesa	5
Serviços aéreos	6
Cooperação educacional	7
Energia	7
RELAÇÕES ECONÔMICAS	7
Comércio bilateral.....	7
Rodovia Kétou-Savè	7
Oportunidades setoriais.....	8
ASSUNTOS CONSULARES	8
POLÍTICA INTERNA	9
Histórico	9
Indicadores sociais	9
Divisão administrativa.....	9
Instituições	10
Partidos políticos.....	10
Governo Patrice Talon	10
Eleições de 2019	11
Reforma constitucional	11
Segurança	12
POLÍTICA EXTERNA	13
África Ocidental.....	13
França, Estados Unidos e União Europeia.....	13
China	14
Índia	14
ECONOMIA.....	15
Comércio	15
Setores econômicos	16

Energia	16
Moeda comum “eco”	16
Zona de Livre Comércio Continental na África (ZLCCA)	16
Impactos da emergência sanitária da COVID-19	17
PERFIS BIOGRÁFICOS	18
MAPA	19
DADOS BÁSICOS	20
INTERCÂMBIO COMERCIAL	20

RELAÇÕES BILATERAIS

RELAÇÕES POLÍTICAS

O Brasil reconheceu a independência do Daomé (que adotaria o nome “Benim” em 1975) em 13 de agosto de 1960. As relações diplomáticas entre os dois países foram estabelecidas em 1961. Nos últimos 15 anos, as relações bilaterais ganharam mais densidade. Em 2005, foram assinados os acordos de cooperação técnica e de estabelecimento de Comissão Mista. Realizou-se visita presidencial brasileira ao Benim em 2006, ocasião em que foi anunciada a criação da Embaixada do Brasil em Cotonou. A visita do presidente Boni Yayi, por sua vez, marcou a inauguração oficial da Embaixada do Benim em Brasília, em 2007.

O mandatário beninês também esteve no Brasil em março de 2012 e, em junho do mesmo ano, chefiou a delegação do seu país por ocasião da Conferência Rio+20. Houve duas sessões da Comissão Mista Brasil-Benim, realizadas em 2009 (Cotonou) e 2011 (Brasília), e a Semana Cultural do Benim na Bahia, realizada em 2009.

Em 2017, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil visitou o Benim. Na ocasião, reuniu-se com o Presidente Patrice Talon e com seu homólogo beninês, Aurélien Agbénonci, com quem passou em revista os principais temas da densa agenda bilateral de cooperação. Em 2018, o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Benim visitou o Brasil acompanhado do Ministro da Economia e das Finanças e do Ministro da Infraestrutura e dos Transportes.

Laços históricos. Desde o fim do século XVIII, mas, sobretudo, a partir de 1830, muitos escravos brasileiros alforriados começaram a retornar à África Ocidental, em especial ao Benim e à Nigéria. O grupo de ex-escravos brasileiros retornados – ou “agudás”, como são chamados – que se instalou no Reino do Daomé constituiu importante elite intelectual, econômica e profissional. Quando o território passou a ser colônia da França, em 1893, os retornados constituíram relevante parcela da classe média colonial, criaram jornais e muitos, como Casimiro de Almeida, viriam a se tornar líderes pró-independência.

A maioria dos agudás estabeleceu-se em Porto Novo e Uidá, onde até hoje se faz presente a influência cultural brasileira. Comemoram a festa de Nosso Senhor do Bonfim e a “festa da burrinha”, versão do “bumba-meu-boi” brasileiro. Foram assimilados ainda pratos brasileiros como a feijoada e o mocotó.

Cooperação técnica. A pauta de cooperação técnica com o Benim abrange projetos nas áreas de saúde, cultura, agricultura, educação, portos marítimos e esportes, ao abrigo do Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica assinado pelos dois países em 2005. Entre as principais iniciativas estão:

i) “Cotton4 + Togo”: Um dos maiores projetos de cooperação do Brasil na África Ocidental, a iniciativa beneficia, além do Benim, o Burkina Faso, o Chade, o Mali e, desde 2015, o Togo. Sua meta é fortalecer a produção cotonífera nesses cinco países africanos por intermédio de investimentos em sementes e capacitação profissional, bem como pela adaptação das variedades de algodão desenvolvidas pela Embrapa às condições de solo e clima regionais. A primeira fase encerrou-se em 2013, com avaliação positiva dos resultados. A segunda etapa foi assinada em dezembro de 2014 e está em fase final de implementação. Incluiu em suas

atividades a questão da segurança alimentar, promovendo o aumento não apenas da qualidade e da quantidade do algodão, mas também da produção de alimentos, por meio da rotação de culturas. No âmbito do projeto, houve entrega de camionete e cinco motocicletas ao Benim em 2020.

ii) Agroecologia: Outra iniciativa voltada ao desenvolvimento do setor agrícola beninês é o projeto “Fortalecimento Institucional da Educação Profissional e Tecnológica do Benim nas áreas de Agroecologia e Cooperativismo”, assinado em 2011. A iniciativa organizou-se em torno de dois eixos de atuação: a formação profissional e tecnológica de docentes e a implantação de incubadora de cooperativas agrícolas. Em março de 2017, a incubadora foi inaugurada no Liceu Agrícola Mèdji de Sétou (LAMS), com equipamentos fornecidos pelo governo brasileiro. Nesse mesmo ano, foram finalizados todos os módulos do curso de especialização em Agroecologia. O bom funcionamento da incubadora levou à proposta da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) de incluir novas atividades de treinamento, ministradas por especialistas do Instituto Federal da Bahia em janeiro de 2018.

iii) Escoamento dos subprodutos do algodão: No mesmo contexto de projetos relacionados ao agronegócio, há iniciativa sobre “Alternativas de Escoamento dos Subprodutos do Algodão e Culturas Acessórias na África”, em execução ao abrigo da parceria estabelecida entre o governo brasileiro e o Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (PMA). Realizou-se, em 2019, missão de prospecção ao Benin, organizada pela ABC, pelo Centro de Excelência contra a Fome do PMA (CdE/PMA) em Brasília e pelo escritório do PMA no Benin. Houve missão de campo da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB) e do PMA a regiões produtoras próximas de Parakou, no Benim, para discutir os territórios de atuação do futuro projeto-país.

iv) Fibra de algodão: Em março de 2020, em Cotonou, foi assinado projeto “Fortalecimento do Setor Algodoeiro Utilizando as Melhores Práticas de Classificação da Fibra de Algodão no Mercado Internacional”. O setor de produção algodoeira no Benim vem conhecendo resultados excepcionais, passando de uma produção de 451 mil toneladas, na campanha agrícola 2016-2017, a 678 mil toneladas, durante a campanha 2018-2019, com a perspectiva de ultrapassar o nível de 850 mil toneladas em 2021. Apesar desse desempenho, permanecem desafios, entre os quais a melhoria da classificação da fibra de algodão no mercado internacional. Nesse sentido, elaborou-se projeto envolvendo cursos de formação e instalação de equipamentos modernos de avaliação e classificação da fibra de algodão, de modo a contribuir para melhorar a qualidade das exportações beninesas. O projeto envolverá a ABC e a Associação Mineira de Produtores de Algodão (AMIPA), pelo lado brasileiro.

v) Cultura. Em 2009, foi assinado o Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica bilateral para implementação do projeto “Gestão de Patrimônio Material e Imaterial no Benim”. No âmbito desse acordo, e como resultado da troca de experiências entre técnicos da área, foi elaborado o livro bilíngue “Architecture Agouda au Benin et au Togo/Arquitetura Agudá no Benim e no Togo”, de autoria do antropólogo Milton Guran e do professor Roberto Conduru, sobre a arquitetura agudá, estilo de construção utilizado pelos afrodescendentes brasileiros retornados ao Togo e ao Benim no século XIX.

Cooperação em defesa. A principal solicitação beninense ao Brasil na área de cooperação em defesa refere-se à assistência técnica para reforço das capacidades operacionais das Forças Armadas locais na luta contra o terrorismo, a cibercriminalidade e a pirataria marítima. Também

foi solicitado apoio em programas de instrução e educação militar, operações, equipamento médico, além de eventual doação de materiais.

Há interesse de ambas as partes no tema do combate à pirataria no **Golfo da Guiné**. O assunto vem sendo acompanhado com atenção pelo Governo brasileiro. As atividades criminosas em ambiente marítimo na região do Golfo da Guiné vêm aumentando rapidamente desde 2010. Em 2012, o número de casos de sequestros de navios na costa oeste da África superou os da costa leste. A fim de reagir de forma coletiva, Presidentes dos países da região assumiram, em 2013, em Iauendê, Cameroun, compromisso coletivo de combate à pirataria, com o estabelecimento de procedimentos comuns e a criação do Centro Interregional de Coordenação (CIC) da Luta contra a Pirataria no Golfo da Guiné, com sede na capital camerunesa.

Em 2018 e 2019, registraram-se incidentes de roubo à mão armada em águas beninesas. O presidente Patrice Talon adotou uma série de medidas para reforçar a segurança marítima, incluindo envio de equipe de proteção às embarcações na zona de espera do Porto de Cotonou.

Do ponto de vista do Brasil, o problema da pirataria no Golfo da Guiné representa um entrave para o desenvolvimento dos países costeiros e um sério risco para a segurança da navegação internacional na região e no Atlântico Sul como um todo, pelo qual passam mais de 95% do fluxo de comércio externo brasileiro. Por isso, o país vem envidando esforços para o enfrentamento do problema, entre os quais se destacam o oferecimento de cursos e treinamentos para países africanos em academias militares brasileiras e o reforço da presença brasileira no Golfo da Guiné, inclusive por meio da participação da Marinha do Brasil em exercícios navais com países do continente. Nesse contexto, o Benim se apresenta como parceiro importante.

Destaca-se a participação brasileira no exercício marítimo multinacional “Obangame Express”, realizado anualmente. Participam, além dos 16 países do Golfo da Guiné, parceiros internacionais como Brasil, Estados Unidos, Canadá e diversos países europeus. O exercício é patrocinado pelo Comando Militar dos EUA para África (AFRICOM) e objetiva capacitar forças de defesa locais para enfrentar desafios como pirataria, pesca ilegal, narcotráfico, contrabando de armas e tráfico de pessoas. O Brasil já participou seis vezes do “Obangame Express”. Além do envio para a edição de 2019 do Navio Patrulha “Araguari” e, em anos anteriores, dos navios “APA” e “Amazonas”, o Brasil tem contribuído com os exercícios mediante destacamento de equipe de militares brasileiros para atuação no Centro de Operações Marítimas, baseado em Luanda, e em grupos de controle localizados em outros países da costa ocidental africana.

Ademais, desde 2009, o Brasil colabora com o Centro de Aperfeiçoamento para Ações de Desminagem Humanitária (CPADD), centro franco-belga de formação de especialistas em **desminagem humanitária** em situação pós-conflito. O CPADD foi inaugurado em 2003 e tem sede em Uidá, Benim. As Forças Armadas brasileiras têm contribuído com o reforço do corpo de instrutores, por meio do envio de especialistas em reconhecimento, identificação, neutralização de minas e restos explosivos de guerra.

Serviços aéreos. Em 2016, delegação brasileira da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil reuniu-se com delegação beninesa e finalizou negociação dos termos do Acordo sobre Serviços Aéreos (ASA), cujo texto foi rubricado pelas autoridades aeronáuticas dos dois países. Nessa ocasião, também foi assinado Memorando de Entendimento (MdE) bilateral com dispositivos que preveem livre determinação de capacidade, quadro de rotas aberto, possibilidade de múltipla designação de companhias aéreas, liberdade tarifária e também direitos da quinta liberdade (direito de transportar passageiros e carga entre o território do outro estado contratante e o território de um terceiro

estado, no âmbito de um serviço aéreo destinado a ou proveniente do estado de nacionalidade da aeronave). Finalmente, durante a visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros Aurélien Agbénonci ao Brasil, em abril de 2018, foi assinado o ASA Brasil-Benim. O PDL 467/2019, que trata do acordo, está pronto para entrar na pauta de votações do plenário da Câmara dos Deputados e, se aprovado, seguirá para a análise do Senado Federal.

Cooperação educacional. A cooperação educacional com o Benim está amparada no Acordo de Cooperação Cultural, em vigor desde abril de 1974. O Benim passou a enviar candidaturas aos Programas Estudantes-Convênio (PEC) a partir de 2008. Até o momento, 487 estudantes benineses foram selecionados para o PEC-G (graduação) – o que faz do país um dos maiores beneficiários do programa – e treze participaram do PEC-PG (pós-graduação).

Energia. O Benim, que depende energeticamente dos vizinhos, tem demonstrado interesse em cooperar no setor de energia com o Brasil. Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Biocombustíveis foi assinado em agosto de 2007. Em 2010, no âmbito do Pro-Renova (Programa Estruturado de Apoio aos demais Países em Desenvolvimento na área de Energias Renováveis), realizou-se, em Cotonou, Seminário sobre Políticas Públicas na Área de Biocombustíveis.

RELAÇÕES ECONÔMICAS

Com ambiente favorável, disposição do governo para receber investimento estrangeiro e contando com porto de águas profundas, o Benim pode representar importante plataforma para empreendedores brasileiros na África Ocidental. Registra-se a presença de empresas brasileiras da área de alimentos no Benim.

Comércio bilateral. Desde 2001, a balança comercial bilateral tem registrado resultados positivos para o lado brasileiro, atingindo ponto máximo em 2013, quando o superávit somou USD 164 milhões. A corrente de comércio é majoritariamente composta pelo valor das exportações brasileiras. Em 2018, o total exportado para o Benim foi de USD 145 milhões. Em 2019, o valor total das exportações ficou em USD 98 milhões.

Os itens do agronegócio são os destaques do comércio, especialmente açúcar e carnes de aves. Há, contudo, presença significativa e constante produtos industrializados, especialmente maquinário agrícola e veículos automotivos (especialmente ônibus), na pauta exportadora brasileira para o Benim. O Brasil é o principal parceiro comercial daquele país na América do Sul e se encontra entre os 20 países com os quais o Benim tem volumes mais significativos em seu intercâmbio comercial global (hoje o Brasil oferece cerca de 3% do total das importações beninesas, figurando entre as 10 principais origens das importações daquele país).

Rodovia Kétou-Savè. Em julho de 2019, foi inaugurada, pelo Ministro das Infraestruturas e dos Transportes, a obra da rodovia que ligará as cidades de Kétou e Savè. A obra está sendo executada por consórcio de empresas brasileiras. Os trabalhos consistem na terraplenagem e asfaltamento dos trechos Kétou-Idigny-Igbodja-Savè (85,8km), Omou-Illadji-Mossoukagbé-Ayékotonyan (26,6 km) e Savè-Oké-Owo-fronteira com a Nigéria (27,5 km).

Oportunidades setoriais. Em diferentes estudos, verificou-se haver oportunidades para ampliação da presença brasileira no mercado beninês de carnes de frango, de maquinário agrícola e de arroz (cabe recordar que a África é um dos maiores importadores do cereal no mundo e um ator importante em sua comercialização).

ASSUNTOS CONSULARES

Há atualmente 43 brasileiros matriculados na Embaixada do Brasil em Cotonou, embora o número efetivo de brasileiros no país possa ser maior. Registram-se presenças pontuais de brasileiros integrados à grande comunidade libanesa de Cotonou, grupos de missionários religiosos (católicos e evangélicos), funcionários de empresas brasileiras e imigrantes eventuais. Os viajantes temporários brasileiros no Benim são, em sua maioria, empresários em prospecção ou execução de negócios, pesquisadores da cultura africana relacionada ao Brasil, turistas interessados em religiões tradicionais e técnicos de projetos de cooperação. Não há registro de brasileiros presos no Benim.

Não há acordos bilaterais de cooperação jurídica vigentes entre Brasil e Benim, o que não impede a tramitação de cartas rogatórias e de pedidos de cooperação jurídica em geral, com base em promessa de reciprocidade de tratamento para casos análogos.

POLÍTICA INTERNA

Os maiores desafios do Benim encontram-se no campo econômico. Eleito em 2016, o presidente Patrice Talon tem ressaltado, em diversas ocasiões, a necessidade de promover a competitividade e a racionalização dos gastos públicos, bem como ativa diplomacia econômica, como forma de propiciar o desenvolvimento econômico do país e combater a pobreza. Registrou-se crise política em 2019, solucionada com reforma da Constituição de 1990.

Histórico. Antes da chegada dos portugueses, em 1484, o território do atual Benim era dominado pelo Reino de Alada, de origem iorubá, instalado no século XII. Um conflito de sucessão, no século XVII, deu origem aos reinos de Daomé (ao norte, onde predominava o dialeto fon) e de Hogbonu (ao sudeste, mais tarde denominado Porto-Novo). No fim do século XIX, ambos foram dominados pela França, que os converteu no protetorado de Daomé.

Após sua independência da França, em 1º de agosto de 1960, o Daomé viveu período de intensa instabilidade política. Entre 1963 e 1972, houve uma série de transferências de poder fora das regras constitucionais, mas sem registro de violência ou conflitos civis generalizados. Com a chegada de Mathieu Kérékou ao poder, instalou-se governo de orientação marxista-leninista que se estendeu até 1990. Nesse período, companhias estrangeiras foram nacionalizadas, grandes empresas foram estatizadas e o país passou a se chamar República Popular do Benim, em referência ao reino que floresceu, nos séculos XV a XVII, na região que hoje corresponde ao sudoeste da Nigéria. Mais tarde, o nome passaria a ser somente República do Benim.

Em 1991, Nicéphore Soglo, chefe do governo de transição criado em 1990, foi eleito em pleito multipartidário. Em 1996, Kérékou retornaria ao poder pela via eleitoral, sendo reeleito em 2001. Limites à reeleição impediram-no de se candidatar novamente. Em 2006, foi eleito Presidente o economista Thomas Boni Yayi, à época sem filiação partidária. Yayi lograria reeleger-se em 2011 já no primeiro turno, com 53,1% dos votos. Foi a primeira ocasião, desde a redemocratização do país, que um presidente foi eleito em primeiro turno. Em 2016, o empresário Patrice Talon tornou-se o quarto presidente da República do Benim desde a redemocratização, eleito em segundo turno.

Indicadores sociais. O Benim ocupa a 163ª posição no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH 2019) da ONU, que avalia indicadores como saúde, educação e renda per capita. O índice de analfabetismo é de cerca de 68% entre a população com mais de 15 anos. A expectativa de vida é de 61,5 anos.

O país é caracterizado pela heterogeneidade étnica: somam-se mais de 40 grupos étnicos no território beninês, entre os quais se destacam os iorubás (no sudeste), os fulanis ou fulas (no nordeste) e os ajas (na costa). Além do francês, língua oficial, quatro outros idiomas são falados por parcelas significativas dos benineses: fon, fulani, bariba e iorubá. A maior parte da população, estimada em quase 12 milhões de habitantes, concentra-se no sul do país.

Divisão administrativa. O Benim se divide em 12 departamentos: Alibori (maior departamento do país), Atakora, Atlantique (o mais



populoso, abriga a cidade de Ouidá), Borgou, Collines, Donga, Kouffo, Littoral (menor departamento do Benim, foi separado de Atlantique em 1999 e abriga a maior cidade do país, Cotonou), Mono, Ouémé (onde fica a capital oficial do país, Porto-Novo), Plateau e Zou. Os 12 departamentos compreendem 77 “comunas” ou cidades.

Instituições. O Benim é uma República presidencialista (a figura do primeiro-ministro foi abolida em agosto de 2013, durante o segundo governo Boni Yayi). De acordo com a Constituição de 1990, o presidente é eleito para mandato de cinco anos e pode se reeleger uma única vez. O sufrágio universal e o multipartidarismo são assegurados.

O poder legislativo é unicameral. A Assembleia Nacional compõe-se de 83 deputados, eleitos por sistema de representação proporcional para um mandato de quatro anos. A adoção de emendas constitucionais exige o voto favorável de três quartos da Assembleia e posterior aprovação por referendo popular, ou o apoio de quatro quintos dos deputados.

O judiciário é independente e compreende a Corte Constitucional, a Suprema Corte (mais alta corte para questões judiciais e administrativas) e a Alta Corte de Justiça (responsável por acolher casos contra o presidente da República ou outras autoridades do governo em questões relativas a crimes cometidos no exercício de suas funções ou alta traição).

No Benim, diferentemente de outros países da região, líderes hereditários de entidades políticas pré-coloniais (reis e chefes tradicionais), apesar de possuírem grande prestígio social, não gozam de qualquer estatuto oficial.

Partidos políticos. Com a redemocratização e a aprovação da Carta dos Partidos Políticos (lei 23 de 16/8/1990) e da nova Constituição (20/12/1990), verificou-se rápida multiplicação de partidos no Benim. No ano 2000, contavam-se 125 partidos registrados junto ao Ministério do Interior.

Em 2003, foi publicada nova versão da Carta dos Partidos, estabelecendo critérios mais rígidos para a sua criação. Apesar disso, o cenário político permaneceu marcado pelo elevado número de agremiações: em 2018, somavam-se 250 partidos. Nesse contexto, tanto Boni Yayi, em 2006, quanto Patrice Talon, em 2016, elegeram-se presidentes sem filiação partidária à época das eleições.

Governo Patrice Talon. Um dos mais importantes empresários do país, Patrice Talon elegeu-se em 2016 defendendo a urgência de reformas nos campos político, econômico e social e da despolitização da máquina administrativa.

Em seu discurso de posse, Talon prometeu modernizar a máquina pública, descentralizar a administração, assegurar a liberdade de imprensa e promover a iniciativa privada. Manifestou também a intenção de mobilizar recursos externos para desenvolver o país, proporcionar acesso a água e energia às populações carentes e reconstruir os sistemas de saúde e educação. Anunciou a adoção de medidas para explorar o potencial turístico e agrícola do Benim e afirmou a importância de combater a corrupção. Ademais, apontou a necessidade de aperfeiçoar o sistema partidário beninês.

Em 2018, mudanças na Carta dos Partidos Políticos e no código eleitoral introduziram medidas voltadas ao “saneamento” do número de agremiações partidárias no país. Determinou-se que a criação de um partido passaria a exigir a adesão de pelo menos 15 membros fundadores em cada uma das 77 comunas do país, configurando um mínimo de 1.155 membros no conjunto do território nacional (antes, eram necessários apenas 10 fundadores em cada um dos 12 departamentos, num total de 120 pessoas). Ademais, decidiu-se que apenas candidatos de

partidos ou coalizões que recebessem pelo menos 10% dos votos no âmbito nacional poderiam ter assento no parlamento.

Em função das novas regras, a perspectiva era de que várias agremiações partidárias se aglutinassem. A maior parte dos partidos de situação constituiu duas grandes agremiações, a *Union Progressiste* (UP) e o *Bloc Républicain* (BR). Do lado da oposição, esboçava-se a criação de bloco ancorado pelos ex-presidentes Boni Yayi e Nicéphore Soglo. Em janeiro de 2018, a oposição chegou a divulgar que apresentaria lista única nas eleições legislativas.

Eleições de 2019. Em fevereiro de 2019, a Corte Constitucional decidiu que os partidos deveriam apresentar à Comissão Eleitoral Nacional Autônoma (CENA) um certificado de conformidade com a nova Carta dos Partidos Políticos, para participar das eleições legislativas em abril. Nenhum dos partidos de oposição logrou recebê-lo em tempo hábil: das sete agremiações que apresentaram dossiês para realizar inscrição no pleito, apenas duas foram julgadas aptas a concorrer, o *Bloc Républicain* (BR) e a *Union Progressiste* (UP), ambos da base de apoio do governo.

As eleições legislativas realizaram-se em 28 de abril de 2019. Dos 83 assentos da Assembleia Nacional, 47 couberam à UP e 36 ao BR. A taxa de participação dos eleitores teria sido de 27%.

A oposição manifestou inconformidade com o processo eleitoral. Realizaram-se protestos em abril, maio e junho, no departamento de Couffo (centro-sul do país), em Cotonou e em Porto Novo. Foram registrados incidentes violentos. O ex-presidente Boni Yayi, na qualidade de líder opositor, foi confinado em casa e cercado por aparato policial. O Presidente nigeriano Muhammadu Buhari, na presidência de turno da CEDEAO, enviou seu Ministro dos Negócios Estrangeiros a Cotonou para reunir-se com o Presidente Talon. Houve declaração conjunta da CEDEAO e do Escritório das Nações Unidas para a África Ocidental e o Sahel (UNOWAS), e a União Africana emitiu apelo, em 2 de maio, em prol do apaziguamento das tensões. Houve declarações também do Presidente da Côte d'Ivoire, Alassane Ouattara, e dos ex-presidentes John Kufuor, de Gana, e Olusegun Obasanjo, da Nigéria, no sentido de que se promovesse o retorno à normalidade. Em 22 de junho, foi levantado o cerco policial à residência do ex-presidente Boni Yayi, que partiu em seguida para Paris, para submeter-se a tratamento médico.

Reforma constitucional. Entre julho e outubro, foram realizados encontros de reaproximação entre o governo e a oposição. Concluídas as conversações, o Conselho de Ministros, em 16 de outubro de 2019, acolheu o relatório do diálogo e decidiu que o governo executaria prontamente as ações que lhe cabiam. Em 31 de outubro de 2019, os 83 membros da Assembleia Nacional aprovaram unanimemente a Lei n° 2019-40, modificando a Constituição de 1990.

A reforma constitucional trouxe uma série de mudanças: aprovou-se o financiamento público de partidos políticos; foi extinta a pena de morte (elevando à qualidade de norma constitucional disposição já adotada por lei ordinária); estabeleceu-se mecanismo de favorecimento da participação feminina nos cargos eletivos; foi criado o cargo de Vice-Presidente; foi estabelecido limite absoluto de dois mandatos presidenciais; os mandatos de deputados passaram a ser de cinco anos, renováveis duas vezes; a partir de 2026, as eleições presidenciais, legislativas e comunais terão lugar a cada cinco anos. As próximas eleições presidenciais estão previstas para 2021.

A Assembleia Nacional aprovou também a anistia a todos os crimes e contravenções relacionados às eleições legislativas de 2019.

Segurança. Embora faça fronteira com países afetados por ações de terrorismo (Níger, Nigéria, Burkina Faso), não há registro de ataques terroristas no Benim. Em 2019, houve sequestro de turistas franceses, levados para o Burkina Faso por grupos terroristas e recuperados por soldados da Operação Barkhane, que a França mantém nos países da região do Sahel. As autoridades do Benim demonstram preocupação com a possibilidade de atuação de grupos terroristas no país, nas fronteiras ao norte. Há preocupação também com o crescimento da pirataria no Golfo da Guiné.

POLÍTICA EXTERNA

Após ter seguido, até o início da década de 1990, política externa de alinhamento com os países do bloco socialista, o Benim passou a se inserir pragmaticamente na esfera ocidental, dedicando especial atenção às relações com a França e demais países da União Europeia. Com a ex-metrópole, além do intercâmbio comercial, mantém importantes laços no setor de defesa. O Benim também recorre a parceiros internacionais (União Europeia, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e Estados Unidos) para cobrir despesas correntes e promover investimentos sociais e em infraestrutura. A Nigéria e a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) são interlocutores fundamentais para o país. As crescentes presenças de China e Índia são percebidas como alternativas financeira, comercial e política aos parceiros mais tradicionais (a China é o maior exportador para o Benim, enquanto a Índia é o maior importador).

África e África Ocidental. O Benim foi um dos fundadores, em 1963, da Organização da Unidade Africana (OUA), predecessora da União Africana; em 1975, da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO); e, em 1994, da União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA). Nas últimas décadas, vem intensificando o relacionamento com os países vizinhos, sobretudo com o Níger e a Nigéria, principais mercados para produtos reexportados pelo Benim. Ressalte-se também que o país importa a maior parte da energia elétrica que consome de Côte d'Ivoire, Gana e Nigéria, o que torna fundamentais as relações com esses parceiros. Há litígios de fronteira com Nigéria, Níger, Burkina Faso e Togo, sem maiores repercussões nos últimos anos.

Notadamente, tem-se estreitado o diálogo bilateral com o Níger. O Presidente Patrice Talon visitou Niamei em outubro de 2019, menos de três meses depois de os Ministros dos Negócios Estrangeiros do Benim e do Níger assinarem, em Cotonou, acordo de cooperação transfronteiriça. Há projetos de construção de oleoduto e ferrovia entre os dois países.

O Benim também vem se engajando em iniciativas de combate ao terrorismo na África Ocidental. Em fevereiro de 2015, em reunião em Iaundê, autoridades de Benim, Nigéria, Cameroun, Chade e Níger decidiram criar Força-Tarefa Multinacional Conjunta com o objetivo de dismantelar células do Boko Haram e localizar os reféns mantidos pelo grupo, bem como compartilhar informações de inteligência, em especial sobre tráfico de armas e as fontes de financiamento do grupo terrorista.

Ademais, juntamente com Burkina Faso, Côte d'Ivoire, Gana e Togo, o Benim integra a “Iniciativa de Acra”, estabelecida em novembro de 2017 com o objetivo de aperfeiçoar a coordenação entre os respectivos órgãos de segurança para o enfrentamento de ameaças transfronteiriças. Tiveram lugar em Cotonou, em janeiro de 2019, a quarta reunião ministerial e a oitava reunião de chefes de serviços de inteligência e segurança da iniciativa.

França, Estados Unidos e União Europeia. Houve visita presidencial francesa ao Benim em 2015, e visitas presidenciais beninesas à França em 2016 (em três ocasiões) e 2018. Os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos dois países também se encontraram em Cotonou, em 2016, e em Paris, em 2017. Mais de 40 empresas francesas estão presentes no Benim, notadamente nas áreas agroalimentar, de logística, de construção civil e bancária.

França e Estados Unidos são os principais provedores de ajuda internacional ao desenvolvimento ao Benim. Os recursos destinam-se a projetos de desenvolvimento econômico, criação de empregos e consolidação da governança. No caso dos Estados Unidos, há também financiamento a projetos de combate à malária e de fortalecimento do setor de saúde em geral, bem como de fortalecimento da capacidade militar beninesa. O Benim também se beneficia do “African Growth and Opportunity Act” (AGOA), política de acesso facilitado de produtos de países subsaarianos ao mercado norte-americano.

Com a União Europeia, há também diversos projetos de ajuda ao desenvolvimento, principalmente nas áreas de governança, desenvolvimento sustentável em agricultura e acesso à energia sustentável. A UE participa, ainda, de iniciativas de promoção da segurança marítima no Golfo da Guiné.

China. A China está envolvida na construção de oleoduto para permitir o escoamento da produção de petróleo do Níger por meio do Porto de Cotonou, no Benim. Trata-se de investimento importante para o governo beninês, que espera, com isso aumentar significativamente a atividade e a arrecadação no Porto de Cotonou.

Índia. O presidente da Índia, Ram Nath Kovind, realizou visita oficial ao Benim em julho de 2019, a primeira de um chefe de Estado indiano ao país africano. Kovind manteve encontro com o presidente Patrice Talon no dia 29, ocasião em que os mandatários assinalaram a vontade comum de aprofundar as relações de amizade e cooperação entre os povos beninês e indiano e expandir os fluxos bilaterais de comércio e investimento. Na sequência do encontro, foi anunciada a abertura pela Índia de linha de crédito no montante de USD 100 milhões para apoiar projetos prioritários de desenvolvimento no Benim, a oferta de capacitação em língua inglesa para quadros da administração local e a inclusão do país no sistema indiano de concessão de vistos de turismo e de negócios *on line*. Os presidentes determinaram a realização, em futuro próximo, em Nova Delhi, da segunda reunião da Comissão Mista Benim-Índia, em nível ministerial. A Índia é um dos maiores parceiros comerciais do Benim, o que se explica por ser o algodão bruto, destinado principalmente à indústria têxtil asiática, o principal produto de exportação beninês; e o arroz, majoritariamente reexportado para a Nigéria, o principal produto de importação.

ECONOMIA

A economia beninesa tem crescido a taxas significativas nos últimos anos, chegando a 6,7% em 2018 e 6,4% em 2019. As perspectivas são de crescimento importante, mesmo com a atual crise internacional da COVID-19 (embora as previsões para 2020 ainda possam ser revistas). O país tem mantido um consistente incremento no PIB, mesmo sob o impacto negativo da crise econômica na vizinha Nigéria, com a qual a economia beninesa mantém elevado nível de conexão. O crescimento da atividade econômica no Benim tem sido alimentado nomeadamente por: i) aumento na produção agrícola, devido a incentivos aos agricultores e ao reforço do quadro institucional (o setor agropecuário emprega cerca de 50% da população e representa 25% do PIB); e ii) aumento no tráfego marítimo devido à modernização do Porto de Cotonou (o setor de serviços representa 50% do PIB).

Como membro da União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA), o Benim compartilha com os demais países da organização a moeda comum regional, o franco CFA, e aplica a política monetária estabelecida pelo Banco Central dos Estados da África Ocidental (BECEAO), que tem como objetivo precípua o controle da inflação e a manutenção da taxa de câmbio com relação ao euro.

Devido aos limitados recursos de capital, o Governo beninês tem procurado financiar os projetos de desenvolvimento – como a modernização do Porto de Cotonou, a ampliação da produtividade no campo e a exploração de petróleo – por meio de investimentos estrangeiros diretos, empréstimos e doações. O Benim vem recebendo somas significativas em forma de empréstimos concessionais ou doações da China e do Banco Mundial, além de importantes aportes da União Europeia e de países como França, Alemanha, Holanda e Dinamarca. O país também recebe cooperação de Estados Unidos e Japão, entre outros.

Embora tenha apresentado crescimento razoável nos últimos anos, a economia beninesa enfrenta problemas estruturais para se desenvolver no longo prazo, como a baixa complexidade econômica e a precariedade da infraestrutura de transporte e de energia. A concentração em poucos produtos primários (principalmente o algodão) torna a economia do Benim suscetível às flutuações dos preços internacionais dessas *commodities*.

Comércio. A balança comercial do Benim mostra resultados estruturalmente deficitários, em decorrência do padrão de exportação de bens primários e matérias-primas, de baixo valor agregado, e importação de bens manufaturados, de alto valor agregado. De todo modo, registrou-se redução do déficit de 10,2% em 2017 para 8,5% em 2018, tanto devido ao incremento nas exportações quanto à queda das compras de produtos alimentícios no mercado externo.

A pauta exportadora do Benim é pouco diversificada e concentrada em produtos básicos, sobretudo algodão, castanha de caju e frutas (principalmente abacaxi). A reexportação de mercadorias para os países vizinhos, a partir do Porto de Cotonou, também tem sido importante fonte de divisas. Entre os principais destinos das exportações beninesas encontram-se Índia, China, Mali e Líbano. As principais origens das importações beninesas são China, Índia, e Malásia. A pauta de importação do Benim é diversificada, incluindo, entre os principais produtos, óleos vegetais, arroz e combustíveis, para citar alguns.

Setores econômicos. O setor primário é central na economia beninesa, não apenas por responder por cerca de um quarto do PIB, mas também por empregar metade da população economicamente ativa do Benim. Os principais produtos agrícolas benineses são o algodão e a castanha de caju, que representam, juntos, metade das exportações do país. Destaca-se também a produção de frutas, principalmente o abacaxi.

O setor secundário restringe-se, basicamente, à indústria têxtil e ao processamento de produtos agrícolas. Por sua vez, o setor de serviços desenvolveu-se significativamente nos últimos anos e o comércio experimentou importante crescimento, impulsionado pela modernização do Porto de Cotonou, que foi realizada por meio de financiamentos externos e concessões operacionais a empresas estrangeiras. O governo beninês espera que a construção de oleoduto entre Niamei, no Níger, e Cotonou – para a exportação do petróleo nigerino – intensifique ainda mais as atividades no porto.

Energia. A biomassa tradicional, especialmente lenha e carvão vegetal, constitui a principal fonte de energia do Benim (entre 50% e 60%). O país apresenta baixo índice de acesso à energia elétrica (aproximadamente 32 %), concentrado nas áreas urbanas (onde 56% da população teriam acesso, em comparação com 11% nas regiões rurais). Boa parte da energia elétrica fornecida no país é proveniente de Gana, Côte d'Ivoire e Nigéria. A diminuição da dependência energética é percebida como prioritária pelo governo beninês. Há exploração *offshore* de petróleo, em volumes ainda modestos.

Moeda comum “eco”. Durante a 55ª Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade Econômica da África Ocidental (CEDEAO), em 29 de junho de 2019, em Abuja, Nigéria, os líderes dos 15 países que integram a organização, incluindo o Burkina Faso, reafirmaram o objetivo de lançar uma moeda única em 2020. Caso seja de fato implementado, o eco deverá substituir o franco CFA ocidental (utilizado pelos oito países que integram a UEMOA, incluindo o Benim) e outras sete moedas nacionais. Há posições distintas sobre como avançar. Alguns países defendem a adoção de regime cambial fixo, enquanto outros defendem o câmbio variável. Há a hipótese de iniciar o projeto por meio da UEMOA e apenas em um segundo momento incluir os demais países da CEDEAO.

Zona de Livre Comércio Continental na África (ZLCCA). Até o momento, 54 países africanos assinaram o acordo que cria a Zona de Livre Comércio Continental na África (ZLCCA) – a única exceção é a Eritreia – e 28 deles o ratificaram. Caso implementada de maneira exitosa, a ZLCCA poderá criar um mercado único com cerca de 1,2 bilhão de consumidores e PIB total estimado em mais de USD 3 trilhões. Contudo, ainda não foram decididas as modalidades para a liberalização do comércio.

Em que pese ter-se sempre declarado favorável ao projeto, o Benim foi o 54º (e por enquanto último) país a assinar o acordo de criação da ZLCCA, logo após a Nigéria (53º a aderir). O governo beninês estava claramente aguardando a definição nigeriana, o que ilustra a conexão da economia do Benim com a do vizinho.

O Benim ambiciona tornar-se uma plataforma logística sub-regional, oferecendo privilegiada via de acesso ao mar para os países mediterrâneos próximos, como o Burkina Faso, o Mali e o Níger, bem como para o noroeste da Nigéria. A implementação da ZLCCA poderia facilitar esse objetivo. De todo modo, a China já tem sido gestiona no sentido de financiar a

construção de ligação ferroviária entre Cotonou e Niamei e de oleoduto permitindo o escoamento da produção petrolífera nigerina por terminal na costa beninesa.

Impactos da emergência sanitária da COVID-19. Mesmo no quadro das dificuldades econômicas esperadas como resultado da crise internacional da COVID-19, o FMI estima que o crescimento do PIB beninês em 2020 será de aproximadamente 4,5%. De todo modo, trata-se de importante redução nas expectativas de crescimento para o ano, antes projetadas em quase 7%.

PERFIS BIOGRÁFICOS

PRESIDENTE PATRICE TALON



Nascido em 1º de maio de 1958 (62 anos), em Abomey, Benin, Patrice Talon tornou-se um dos maiores empresários benineses antes de chegar à Presidência do país. Ingressou na Faculdade de Ciências da Universidade de Dacar, Senegal, para cursar Matemática e Ciências Físicas. No segundo ano de sua graduação, foi aprovado em etapa preliminar de processo de seleção de pilotos da Air Afrique. Enviado à França para o restante dos exames, Talon não foi selecionado, mas permaneceu em Paris, onde ingressou no negócio de embalagens e insumos agrícolas em 1983. Em 1985, criou no Benin a Société de Distribution Intercontinentale (SDI). Candidato às eleições presidenciais de 2016 no Benin, Patrice Talon propôs um mandato de recuperação econômica e reformas políticas. Foi eleito com 65,37% dos votos no segundo turno e tomou posse em abril de 2016.

MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA COOPERAÇÃO, AURELIÉN AGBÉNONCI



Nascido em 1958, é casado e pai de dois filhos. Formou-se em Direito Comercial Internacional pela Universidade de Paris X Nanterre e em Desenvolvimento Institucional, Governança e Ciências Ambientais pela Universidade de Dacar. Possui diploma de mestrado em Direito Comercial pela Universidade de Dacar. Trabalhou na Faculdade de Direito da Universidade de Nanterre, França, e em um escritório de advocacia em Dacar. Ocupou diferentes posições na Organização das Nações Unidas, incluindo as de Representante Residente Adjunto do PNUD no Burundi (1993 a 1996), Representante Residente Adjunto e, em seguida, interino para a Côte d'Ivoire (1999 a 2003) e Coordenador Residente das Nações Unidas e Representante Residente do PNUD no Congo (2003 a 2008), em Ruanda (2008 a 2011) e no Mali (2012 a 2013). Foi Representante Especial Adjunto da Missão Multidimensional Integrada de Estabilização das Nações Unidas na República Centro-Africana (MINUSCA), no período 2014-2016. Foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros em abril de 2016.

MAPA



DADOS BÁSICOS

Nome oficial:	República do Benim
Gentílico:	Beninês
Capital:	Porto Novo é a capital oficial; Cotonou é a capital administrativa (sede do Governo)
Área:	112.620 km²
População (FMI, 2019):	11,814 milhões de habitantes
Idiomas:	Francês
Principais religiões (2006):	Crenças tradicionais (50%), cristianismo (30%) e islamismo (20%)
Sistema de Governo:	República presidencialista
Poder Legislativo:	Sistema unicameral (Assemblée Nacional), com 83 deputados
Chefe de Estado e de Governo:	Presidente Patrice Talon
Ministro dos Negócios Estrangeiros:	Aurélien Agbénonci
PIB (FMI, est. 2019):	US\$ 14,37 bilhões
PIB PPC (FMI, est. 2019):	US\$ 40,72 bilhões
PIB <i>per capita</i> (FMI, est. 2019):	US\$ 1,22 mil
PIB PPC <i>per capita</i> (FMI, est. 2019):	US\$ 3,45 mil
Variação do PIB (FMI):	4,5% (est. 2020); 6,6% (est. 2019); 6% (2018); 5,59% (2017); 4% (2016); 2,1% (2015); 6,4% (2014)
IDH (PNUD, 2019):	0.520 (163º)
IHDI (PNUD, 2019):	0,327
Expectativa de Vida (PNUD, 2019):	61,5 anos
Índice de alfabetização (PNUD, 2019):	32,9%
Índice de desemprego (BM, 2019):	2%
Unidade Monetária:	Franco CFA da África Ocidental (XOF)
Embaixador do Benim no Brasil:	Boniface Vignon
Embaixador em Cotonou:	Luís Ivaldo Villafañe Gomes Santos
Comunidade brasileira estimada:	46

INTERCÂMBIO COMERCIAL

(US\$ mil, FOB) – Fonte: MDIC/SECEX

Brasil – Benim	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020 (jan – abr)
Intercâmbio	164.712	120.522	109.899	71.095	130.796	147.782	98.987	23.238
Exportações	164.452	119.610	109.899	71.095	130.784	145.300	98.987	23.238
Importações	260	911	-	0,4	12	2.482	-	-
Saldo	164.192	118.699	109.899	71.094	130.772	142.818	98.987	23.238

